

RESOLUÇÃO ARPE Nº 306, DE 25 DE AGOSTO DE 2025.

Estabelece os procedimentos para a gestão de demandas e recomendações procedentes de órgãos de controle externos no âmbito da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE.

A DIRETORIA DA **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE**, com fundamento na Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, e regulamentada pelo Decreto 30.200 de 09 de fevereiro de 2007;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 47.087, de 1º de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a instituição e o funcionamento das Unidades de Controle Interno, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual; e

CONSIDERANDO o cumprimento do Indicador de Adequação ao Sistema de Controle Interno (IAS) da Secretaria de Controladoria Geral do Estado de Pernambuco;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para a gestão de demandas e recomendações procedentes de órgãos de controle externos no âmbito da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE.

Art. 2º Os procedimentos de acompanhamento, monitoramento e atendimento das recomendações e demandas dos órgãos de controle externos deverão ser realizados pela Unidade de Controle Interno, com o apoio da Diretoria da Presidência.

Parágrafo único. Os setores indicados no *caput* serão responsáveis pela articulação direta com as áreas técnicas demandadas para elaboração da resposta ao órgão de controle externo, dentro do prazo estabelecido pela Diretoria da Presidência.

Art. 3º A Unidade de Controle Interno será responsável pelas seguintes atribuições:

- I - analisar as demandas encaminhadas pela Diretoria da Presidência;
- II - monitorar periodicamente o andamento das ações adotadas para atendimento das demandas e recomendações;
- III - monitorar os prazos para elaboração da resposta pelas áreas demandadas; e
- IV - manter em arquivo todos os documentos relacionados às demandas e às ações de resposta para fins de auditoria futura.

Art. 4º A Diretoria da Presidência encaminhará as demandas recebidas dos órgãos de controle externo à Unidade de Controle Interno e às áreas técnicas responsáveis.

§ 1º As demandas recebidas diretamente pela Unidade de Controle Interno deverão ser encaminhadas para a Diretoria da Presidência para ciência e acompanhamento.

§ 2º Em caso de maiores esclarecimentos, a Unidade de Controle Interno poderá convocar reunião com as áreas responsáveis para deliberação sobre a demanda.

§ 3º A Diretoria da Presidência será responsável pelo encaminhamento da resposta ao órgão de controle externo.

Art. 5º As determinações e recomendações dos órgãos de controle externo serão levadas às reuniões da Diretoria Colegiada para tomadas de decisões estratégicas com o objetivo de garantir a efetividade do cumprimento das demandas.

Parágrafo único. As decisões tomadas, com identificação das áreas demandas e prazos estabelecidos na reunião, deverão ser registradas em ata.

Art. 6º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Diretoria Colegiada.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 25 de agosto de 2025.

CARLOS PORTO FILHO

Diretor-Presidente

FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA

Diretor de Regulação Econômico-Financeira

ROBERTA ARAÚJO MACHADO

Diretora de Regulação Técnico-Operacional

LARA PINHEIRO DE MACEDO MONTARROYOS

Diretora Administrativo Financeira



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Porto**, em 25/08/2025, às 13:21, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Machado**, em 25/08/2025, às 13:36, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lara Pinheiro**, em 25/08/2025, às 14:05, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Arthur Maranhao Tavares de Lima**, em 25/08/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **71945983** e o código CRC **F634CDA3**.

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE PERNAMBUCO

Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 975, - Bairro Aflitos, Recife/PE - CEP 52050-020,
Telefone: